

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Avaliação da Atuação Governamental | Questionário por interlocutor

Área: Administração Financeira
Interlocutor: Contador(a) municipal

Este documento reúne as questões auxiliares do formulário de avaliação municipal da área de Administração Financeira (Formulário E, Anexo VII da Nota Técnica nº 43/2026-CGF/TCEPR) atribuídas ao interlocutor acima indicado. As questões são apresentadas na ordem do formulário, e o documento contém 39 questões auxiliares.

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV05. Processo de liquidação das despesas	29455	O Município possui ato normativo que regulamenta o procedimento de liquidação de despesas?	O Município deve possuir norma vigente (decreto, portaria, instrução normativa ou instrumento equivalente) que disponha expressamente sobre o procedimento de liquidação de despesas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Contador(a) Municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV05. Processo de liquidação das despesas	29456	Anexe a(s) normativa(s) relativa(s) ao procedimento de liquidação de despesas.	-	ANEXO	NÃO	(29455 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Contador(a) Municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV05. Processo de liquidação das despesas	29457	O ato normativo que regulamenta o procedimento de liquidação de despesas dispõe que os documentos comprobatórios — nota fiscal, atesto e outros — sejam arquivados em sistema eletrônico oficial que assegure sua rastreabilidade e a vinculação ao respectivo processo de despesa?	O ato normativo deve prever expressamente que os documentos exigidos na fase de liquidação da despesa (notas fiscais, atestos de recebimento, relatórios de medição e outros comprovantes) sejam arquivados em sistema eletrônico oficial que assegure a rastreabilidade dos documentos e a vinculação direta com o respectivo processo de despesa.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(29455 == "SIM")	NÃO	Contador(a) Municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV05. Processo de liquidação das despesas	29458	Informe o(s) dispositivo(s) do(s) ato(s) normativo(s) que dispõe(em) que os documentos comprobatórios sejam arquivados em sistema eletrônico oficial.	O respondente deve citar o(s) dispositivo(s) do ato normativo em que consta a previsão avaliada, no formato: • Dispositivo único: 'Art. X, §X, [inciso], do [ato normativo]'. Ex.: 'Art. 4º, §1º, IV, do Decreto Municipal nº 14.534/2025'. • Intervalo de artigos: 'Arts. X a Y, do [ato normativo]'. Ex.: 'Arts. 15 a 22, do Decreto Municipal nº 14.534/2025'. • Havendo mais de um dispositivo não consecutivo ou mais de um ato normativo, repetir a citação, separando-as por ponto e vírgula.	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(29457 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Contador(a) Municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV05. Processo de liquidação das despesas	29459	O ato normativo que regulamenta o procedimento de liquidação de despesas especifica, para cada uma das principais categorias de despesa (prestação de serviços, aquisição de bens, obras e serviços de engenharia, entre outras), a documentação necessária à respectiva liquidação?	• O ato normativo deve dispor, especificamente para cada uma das principais categorias de despesas públicas — tais como prestação de serviços, aquisição de bens, obras e serviços de engenharia —, os documentos obrigatórios exigidos para a respectiva liquidação, em atendimento ao disposto no art. 63 da Lei nº 4.320/64. • A indicação dos documentos deve estar expressamente vinculada à categoria de despesa a que se refere (ex.: nota fiscal e atesto de recebimento para aquisição de bens; relatório de execução e termo de aceite para prestação de serviços; boletim de medição e laudo técnico para obras e serviços de engenharia). • Não atende ao requisito a apresentação de um rol exemplificativo de documentos de forma genérica, sem vinculação expressa a categorias específicas de despesa.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(29455 == "SIM")	NÃO	Contador(a) Municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV05. Processo de liquidação das despesas	29460	Informe o(s) dispositivo(s) do(s) ato(s) normativo(s) que especifica(m) para cada uma das principais categorias de despesa a documentação necessária à respectiva liquidação.	O respondente deve citar o(s) dispositivo(s) do ato normativo em que consta a previsão avaliada, no formato: • Dispositivo único: 'Art. X, §X, [inciso], do [ato normativo]'. Ex.: 'Art. 4º, §1º, IV, do Decreto Municipal nº 14.534/2025'. • Intervalo de artigos: 'Arts. X a Y, do [ato normativo]'. Ex.: 'Arts. 15 a 22, do Decreto Municipal nº 14.534/2025'. • Havendo mais de um dispositivo não consecutivo ou mais de um ato normativo, repetir a citação, separando-as por ponto e vírgula.	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(29459 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Contador(a) Municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV05. Processo de liquidação das despesas	29461	O ato normativo que regulamenta o procedimento de liquidação de despesas estabelece os fluxos ou fluxogramas com as etapas desse procedimento e os respectivos prazos e responsáveis por cada etapa?	O ato normativo deve conter fluxos, fluxograma ou descrição sequencial das etapas do procedimento de liquidação de despesas, com a indicação clara dos prazos e dos responsáveis por cada fase.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(29455 == "SIM")	NÃO	Contador(a) Municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV05. Processo de liquidação das despesas	29462	Informe o(s) dispositivo(s) do(s) ato(s) normativo(s) que estabelece(m) os fluxos ou fluxogramas com as etapas desse procedimento e os respectivos prazos e responsáveis por cada etapa.	O respondente deve citar o(s) dispositivo(s) do ato normativo em que consta a previsão avaliada, no formato: • Dispositivo único: 'Art. X, §X, [inciso], do [ato normativo]'. Ex.: 'Art. 4º, §1º, IV, do Decreto Municipal nº 14.534/2025'. • Intervalo de artigos: 'Arts. X a Y, do [ato normativo]'. Ex.: 'Arts. 15 a 22, do Decreto Municipal nº 14.534/2025'. • Havendo mais de um dispositivo não consecutivo ou mais de um ato normativo, repetir a citação, separando-as por ponto e vírgula.	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(29461 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Contador(a) Municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV05. Processo de liquidação das despesas	29463	O Município possui ato normativo que regulamenta o procedimento de solicitação, aprovação e concessão de diárias?	O Município deve possuir ato normativo vigente e formalizado (decreto, portaria, instrução normativa ou instrumento equivalente) que trate especificamente da solicitação, concessão, pagamento e prestação de contas de diárias decorrentes de deslocamentos ou viagens a serviço.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Contador(a) Municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV05. Processo de liquidação das despesas	29464	Anexe a(s) normativa(s) relativa(s) ao procedimento de solicitação, aprovação e concessão de diárias.	Caso o mesmo ato normativo trate, conjuntamente, de diárias e de adiantamentos, o documento deve ser novamente anexado nesta questão, ainda que idêntico ao que será apresentado na questão correspondente a adiantamentos.	ANEXO	NÃO	(29463 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Contador(a) Municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV05. Processo de liquidação das despesas	29465	O Município possui ato normativo que regulamenta o procedimento de solicitação, aprovação e concessão de adiantamentos?	O Município deve possuir ato normativo vigente e formalizado (decreto, portaria, instrução normativa ou instrumento equivalente) que trate especificamente da solicitação, concessão, pagamento e prestação de contas de adiantamentos destinados a despesas urgentes ou de pequeno vulto, devidamente justificadas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Contador(a) Municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q03. Execução da despesa orçamentária	IV05. Processo de liquidação das despesas	29466	Anexe a(s) normativa(s) relativa(s) ao procedimento de solicitação, aprovação e concessão de adiantamentos.	Caso o mesmo ato normativo trate conjuntamente de adiantamentos e de diárias, o documento deve ser novamente anexado nesta questão, ainda que idêntico ao apresentado na questão correspondente a diárias.	ANEXO	NÃO	(29465 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Contador(a) Municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q04. Obrigações financeiras	IV07. Processos de inscrição e cancelamento de restos a pagar	29493	O Município disponibiliza, em seu site institucional e/ou no portal da transparência, informações atualizadas sobre os restos a pagar?	O Município deve manter, em seu site institucional e/ou no portal da transparência, em seção específica de acesso público, dados atualizados sobre restos a pagar, contendo, no mínimo: o histórico do estoque; o volume inscrito por ano de empenho; e o estoque segregado por função da despesa, em atenção ao dever de transparência ativa da gestão fiscal (LC nº 101/2000, art. 48, §1º, II, na redação dada pela LC nº 131/2009).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Contador(a) Municipal	-

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q04. Obrigações financeiras	IV07. Processos de inscrição e cancelamento de restos a pagar	29494	Informe o link de acesso (URL) às informações sobre a posição dos restos a pagar.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(29493 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Contador(a) Municipal	-
Q04. Obrigações financeiras	IV07. Processos de inscrição e cancelamento de restos a pagar	29495	O Município possui ato normativo que dispõe sobre a inscrição e o cancelamento de restos a pagar?	O Município deve dispor de ato normativo vigente (decreto, portaria, instrução normativa ou instrumento equivalente) que regulamente os procedimentos para inscrição e cancelamento de restos a pagar, em conformidade com o art. 36 da Lei nº 4.320/64.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Contador(a) Municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q04. Obrigações financeiras	IV07. Processos de inscrição e cancelamento de restos a pagar	29496	Anexe o ato normativo municipal que dispõe sobre a inscrição e o cancelamento de restos a pagar.	-	ANEXO	NÃO	(29495 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Contador(a) Municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q04. Obrigações financeiras	IV07. Processos de inscrição e cancelamento de restos a pagar	29497	O ato normativo que dispõe sobre os restos a pagar prevê a unidade ou o responsável por autorizar a inscrição de despesas em restos a pagar (RAP)?	A norma deve designar, de forma clara, qual unidade administrativa ou autoridade é responsável pela autorização da inscrição de despesas em RAP.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(29495 == "SIM")	NÃO	Contador(a) Municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q04. Obrigações financeiras	IV07. Processos de inscrição e cancelamento de restos a pagar	29498	Informe o(s) dispositivo(s) do(s) ato(s) normativo(s) que prevê(em) a unidade ou o responsável por autorizar a inscrição de despesas em RAP.	O respondente deve citar o(s) dispositivo(s) do ato normativo em que consta a previsão avaliada, no formato: • Dispositivo único: 'Art. X, §X, [inciso], do [ato normativo]'. Ex.: 'Art. 4º, §1º, IV, do Decreto Municipal nº 14.534/2025'. • Intervalo de artigos: 'Arts. X a Y, do [ato normativo]'. Ex.: 'Arts. 15 a 22, do Decreto Municipal nº 14.534/2025'. • Havendo mais de um dispositivo não consecutivo ou mais de um ato normativo, repetir a citação, separando-as por ponto e vírgula.	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(29497 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Contador(a) Municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q04. Obrigações financeiras	IV07. Processos de inscrição e cancelamento de restos a pagar	29499	O ato normativo que dispõe sobre os restos a pagar (RAP) prevê que as unidades orçamentárias executoras efetuem pedido de inscrição acompanhado de justificativa?	A norma deve conter disposição que exija, de forma expressa, que as unidades executoras formalizem pedido de inscrição de RAP acompanhado de justificativa técnica.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(29495 == "SIM")	NÃO	Contador(a) Municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q04. Obrigações financeiras	IV07. Processos de inscrição e cancelamento de restos a pagar	29500	Informe o(s) dispositivo(s) do(s) ato(s) normativo(s) que prevê(em) a exigência de que, para a inscrição de despesas em RAP, as unidades orçamentárias executoras da despesa efetuem pedido de inscrição acompanhado de justificativa.	O respondente deve citar o(s) dispositivo(s) do ato normativo em que consta a previsão avaliada, no formato: • Dispositivo único: 'Art. X, §X, [inciso], do [ato normativo]'. Ex.: 'Art. 4º, §1º, IV, do Decreto Municipal nº 14.534/2025'. • Intervalo de artigos: 'Arts. X a Y, do [ato normativo]'. Ex.: 'Arts. 15 a 22, do Decreto Municipal nº 14.534/2025'. • Havendo mais de um dispositivo não consecutivo ou mais de um ato normativo, repetir a citação, separando-as por ponto e vírgula.	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(29499 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Contador(a) Municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q04. Obrigações financeiras	IV07. Processos de inscrição e cancelamento de restos a pagar	29501	A normativa que dispõe sobre os restos a pagar (RAP) prevê prazo máximo, sob pena de cancelamento, para a liquidação de despesas empenhadas e não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados (RPNP)?	A norma deve estipular o prazo limite para liquidação das despesas inscritas como RPNP, com previsão expressa de cancelamento em caso de descumprimento.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(29495 == "SIM")	NÃO	Contador(a) Municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q04. Obrigações financeiras	IV07. Processos de inscrição e cancelamento de restos a pagar	29502	Informe o(s) dispositivo(s) do(s) ato(s) normativo(s) que prevê(em) prazo máximo, sob pena de cancelamento, para a liquidação de despesas empenhadas e não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados (RPNP)	O respondente deve citar o(s) dispositivo(s) do ato normativo em que consta a previsão avaliada, no formato: • Dispositivo único: 'Art. X, §X, [inciso], do [ato normativo]'. Ex.: 'Art. 4º, §1º, IV, do Decreto Municipal nº 14.534/2025'. • Intervalo de artigos: 'Arts. X a Y, do [ato normativo]'. Ex.: 'Arts. 15 a 22, do Decreto Municipal nº 14.534/2025'. • Havendo mais de um dispositivo não consecutivo ou mais de um ato normativo, repetir a citação, separando-as por ponto e vírgula.	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(29501 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Contador(a) Municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q04. Obrigações financeiras	IV07. Processos de inscrição e cancelamento de restos a pagar	29503	O Município avalia, em cada exercício financeiro, os restos a pagar não processados, com o objetivo de cancelar aqueles cuja liquidação não mais acontecerá?	- O Município deve realizar análise formal dos restos a pagar não processados (RPNP) de exercícios anteriores ao menos uma vez por exercício, considerando a situação atual do instrumento que deu origem à despesa e o andamento da respectiva execução. - RPNP para os quais não mais subsistam as condições que justificaram sua inscrição devem ser cancelados no exercício em que essa condição for identificada — não sendo suficiente, para fins desta questão, a mera previsão normativa do prazo de cancelamento, já verificada em questão anterior. - OBS.: Responda 'NÃO SE APLICA' caso o Município não possua restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores ao exercício corrente. Ao marcar esta opção, o Município não terá acréscimo nem decréscimo na pontuação.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	-	-	Contador(a) Municipal	-
Q04. Obrigações financeiras	IV07. Processos de inscrição e cancelamento de restos a pagar	29504	O Município avalia, em cada exercício financeiro, os restos a pagar processados inscritos, com o objetivo de cancelar aqueles cujo direito de cobrança do credor tenha sido extinto pela prescrição?	- Devem existir no Município rotinas ou controles que verifiquem os prazos de prescrição aplicáveis às obrigações inscritas em restos a pagar processados e determinem os cancelamentos quando esgotado o prazo legal, em conformidade com a legislação vigente. - O cancelamento por prescrição deve estar amparado em processo administrativo formal que demonstre o decurso do prazo prescricional aplicável e a ausência de causa interruptiva ou suspensiva, autorizado pelo ordenador de despesa. - OBS.: Responda 'NÃO SE APLICA' caso o Município não possua restos a pagar processados inscritos em exercícios que ultrapassem o prazo prescricional aplicável. Ao marcar esta opção, o Município não terá acréscimo nem decréscimo na pontuação.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	-	-	Contador(a) Municipal	-

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q04. Obrigações financeiras	IV07. Processos de inscrição e cancelamento de restos a pagar	29505	No exercício financeiro corrente, nos casos em que houve o cancelamento de restos a pagar processados, o Município formalizou, previamente, processo administrativo?	• O cancelamento de restos a pagar processados, por constituir restrição a direito adquirido do credor (Lei nº 4.320/64, art. 63), deve estar amparado em processo administrativo fundamentado, instruído com documentação comprobatória da necessidade da baixa e de que não haverá ônus futuro ao Município, autorizado pelo ordenador de despesa, vedado o cancelamento por ato genérico, decreto coletivo ou lançamento contábil sem processo. • O processo deve assegurar ao credor oportunidade de manifestação prévia à baixa, em observância ao contraditório e à ampla defesa (CF/88, art. 5º, LV). • O cancelamento deve observar os procedimentos contábeis estabelecidos no MCASP (item 4.7.5), sendo a Orientação Técnica Contábil nº 002/2023 da SEFA/DCG/PR referencial de boa prática para sua operacionalização. • OBS.: Responda 'NÃO SE APLICA' caso não tenha ocorrido cancelamento de restos a pagar processados no exercício financeiro corrente. Ao marcar esta opção, o Município não terá acréscimo nem decréscimo na pontuação.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	-	-	Contador(a) Municipal	-
Q04. Obrigações financeiras	IV07. Processos de inscrição e cancelamento de restos a pagar	29506	O Município mantém disponibilidade financeira segregada por fonte de recursos suficiente para honrar a totalidade dos restos a pagar processados inscritos?	• Deve existir disponibilidade financeira suficiente e segregada por fonte e vinculação de recursos para honrar a totalidade dos restos a pagar processados inscritos, vedada a utilização de recursos vinculados para cobertura de despesas de fonte distinta, em conformidade com o art. 8º, parágrafo único, e o art. 50, inciso I, da LC nº 101/2000. • OBS.: Responda 'NÃO SE APLICA' caso o Município não possua restos a pagar processados inscritos. Ao marcar esta opção, o Município não terá acréscimo nem decréscimo na pontuação.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	-	-	Contador(a) Municipal	-
Q04. Obrigações financeiras	IV08. Gestão da dívida pública	29507	O Município possui dívidas decorrentes de operações de crédito ou precatórios?	• O Município deve contar com tais passivos em seus registros contábeis e demonstrativos fiscais. • OBS.: a finalidade desta questão é habilitar perguntas específicas sobre o item avaliado. Se a resposta for 'sim', apenas essas perguntas pontuarão; se for 'não', não haverá impacto negativo, uma vez que a condição de avaliação do item não existe.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Contador(a) Municipal	-
Q04. Obrigações financeiras	IV08. Gestão da dívida pública	29508	O Município disponibiliza, em seu site institucional e/ou no portal da transparência, informações atualizadas sobre sua dívida consolidada?	O Município deve manter, no site ou portal da transparência, informações sobre a dívida pública de forma acessível, organizada e atualizada. O Município deve manter, no site institucional e/ou no portal da transparência, informações atualizadas sobre a dívida pública consolidada, contendo, no mínimo, o Demonstrativo da Dívida Consolidada integrante do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), nos termos dos arts. 48 e 55 da LC nº 101/2000 (LRF).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(29507 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Contador(a) Municipal	-
Q04. Obrigações financeiras	IV08. Gestão da dívida pública	29509	Informe o link de acesso (URL) ao(s) relatório(s) ou painel(is) de informações sobre a dívida consolidada.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(29508 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Contador(a) Municipal	-
Q04. Obrigações financeiras	IV08. Gestão da dívida pública	29510	O Município disponibiliza, em seu site institucional e/ou no portal da transparência, informações atualizadas sobre o estoque de precatórios, inclusive requisições de pequeno valor?	• O Município deve disponibilizar dados atualizados sobre o saldo de precatórios devidos, pagos e pendentes, incluindo as Requisições de Pequeno Valor (RPV). • OBS.: Responda 'NÃO SE APLICA' caso o município não possua estoque de precatórios. Ao marcar esta opção, o Município não terá acréscimo nem decréscimo na pontuação.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	(29507 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Contador(a) Municipal	-

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q04. Obrigações financeiras	IV08. Gestão da dívida pública	29511	Informe o link de acesso (URL) ao(s) relatório(s) ou painel(is) de informações sobre precatórios.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(29510 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Contador(a) Municipal	-
Q04. Obrigações financeiras	IV08. Gestão da dívida pública	29512	O Município possui Regime Próprio de Previdência Social com déficit atuarial conforme o cálculo mais recente?	- O cálculo atuarial mais recente deve demonstrar déficit no regime. - OBS.: a finalidade desta questão é habilitar perguntas específicas sobre o item avaliado. Se a resposta for 'sim', apenas essas perguntas pontuarão; se for 'não', não haverá impacto negativo, uma vez que a condição de avaliação do item não existe.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Contador(a) Municipal	-
Q04. Obrigações financeiras	IV08. Gestão da dívida pública	29513	O Município reconhece contabilmente as provisões matemáticas previdenciárias no seu Balanço Patrimonial Consolidado?	O valor da provisão atuarial deve estar registrado no passivo do Balanço Patrimonial Consolidado, em conformidade com a NBC TSP 03 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(29512 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Contador(a) Municipal	-
Q04. Obrigações financeiras	IV08. Gestão da dívida pública	29514	A provisão matemática previdenciária reconhecida no Balanço Patrimonial incorporou o mesmo resultado atuarial apurado no cálculo atuarial mais recente?	O valor da provisão contábil deve ser igual ao déficit apontado no cálculo atuarial vigente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(29513 == "SIM")	NÃO	Contador(a) Municipal	-
Q04. Obrigações financeiras	IV08. Gestão da dívida pública	29515	O Município possui dívida junto ao INSS?	- Para que a resposta seja considerada "sim", deve haver dívida reconhecida junto ao INSS. - OBS.: a finalidade desta questão é habilitar perguntas específicas sobre o item avaliado. Se a resposta for 'sim', apenas essas perguntas pontuarão; se for 'não', não haverá impacto negativo, uma vez que a condição de avaliação do item não existe.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Contador(a) Municipal	-
Q04. Obrigações financeiras	IV08. Gestão da dívida pública	29516	O Município reconhece no Balanço Patrimonial as obrigações devidas ao INSS?	As obrigações junto ao INSS devem estar registradas no passivo do Balanço Patrimonial.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(29515 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Contador(a) Municipal	-
Q04. Obrigações financeiras	IV09. Gestão de riscos fiscais judiciais	29525	O Município reconhece contabilmente, no seu Balanço Patrimonial, os riscos fiscais decorrentes de demandas judiciais?	Devem ser registradas contabilmente as provisões para perdas judiciais no passivo do Balanço Patrimonial quando a obrigação for considerada provável e puder ser mensurada de forma confiável, conforme os critérios estabelecidos nas normas contábeis aplicáveis ao setor público (NBC TSP 03).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Contador(a) Municipal	-
Q04. Obrigações financeiras	IV09. Gestão de riscos fiscais judiciais	29528	O Município divulga, nas notas explicativas que acompanham o Balanço Patrimonial, as provisões e os passivos contingentes decorrentes de demandas judiciais?	- As notas explicativas que acompanham o Balanço Patrimonial devem conter, para cada provisão constituída decorrente de demandas judiciais: (a) descrição da natureza da obrigação; e (b) principais incertezas quanto ao prazo ou ao valor da saída de recursos, nos termos da NBC TSP 03. - Para os passivos contingentes com probabilidade de perda possível (não remota), as notas explicativas devem conter, ao menos: (a) descrição da natureza da obrigação contingente; e (b) estimativa de seu efeito financeiro, quando praticável, nos termos da NBC TSP 03. - A divulgação de passivos contingentes com probabilidade de perda remota é dispensada, nos termos da NBC TSP 03.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Contador(a) Municipal	-

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q07. Dívida ativa	IV18. Mensuração e transparência da dívida ativa	29715	O Município reconhece contabilmente o Ajuste de Perdas de Créditos Tributários a Receber, em conta redutora de ativos, em razão das prováveis perdas de créditos inscritos em dívida ativa?	O Município deve efetuar, de forma sistemática, o reconhecimento contábil do Ajuste de Perdas de Créditos Tributários a Receber em conta redutora dos ativos, relativo aos créditos inscritos em dívida ativa cuja recuperação seja considerada improvável. Essa prática deve estar alinhada às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e às orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assegurando que o ativo tributário esteja registrado pelo seu valor líquido recuperável.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Contador(a) Municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças